

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Licenciatura em Contabilidade

Licenciatura em Contabilidade (Pós-Laboral)

Licenciatura em Finanças

Licenciatura em Gestão Pública

Licenciatura em Gestão Pública (Regime Ensino Distância)

Código: 12519

Área Científica Predominante: Administração e Finanças Públicas

Docente: Pedro Manuel Miranda Nunes

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 45h Carga Trabalho: 95h

ECTS: 5,0

Objetivos

Preparar os Estudantes para o exercício de funções na administração central e nos seus serviços desconcentrados, na administração regional e na administração local autárquica, institutos e empresas públicas, municipais e intermunicipais e, de uma maneira geral, em todos os serviços públicos.

Capacidade de intervenção nos vários sectores, políticos e administrativos, nomeadamente no funcionamento das organizações públicas, em particular o domínio da linguagem técnico-jurídica das relações organizacionais e interorganizacionais (públicas e público-privadas).

Conhecer as dinâmicas das organizações públicas e estar habilitado com competências de bases teórico-práticas para analisar, avaliar e compreender a administração pública, quer nos problemas atuais, quer nos desafios que enfrenta, nomeadamente a reforma administrativa.

Compreender as funções do Estado, num mundo globalizado, que requer novas políticas de governação.

Domínio de instrumentos indispensáveis a uma correta definição de políticas públicas de gestão.

Resultados da Aprendizagem

Aplicar os conhecimentos e a capacidade de compreensão adquiridos, de forma a comprovarem uma abordagem profissional ao trabalho desenvolvido na área vocacional;

Capacidade de resolução de problemas no âmbito da área de formação e de construção e fundamentação da própria argumentação;

Capacidade de recolher, seleccionar e interpretar a informação relevante, particularmente na área de formação, que habilite à fundamentação de soluções e juízos, incluindo na análise dos aspetos sociais, científicos e éticos relevantes;

Posse de competências que permitam comunicar informação, ideias, problemas e soluções, tanto a públicos constituídos por especialistas como por não especialistas; e,

Posse de competências de aprendizagem que permitam uma aprendizagem ao longo da vida com elevado grau de autonomia.

Conteúdos Programáticos

I Parte:

A Administração Pública

Capítulo I: Introdução ao estudo da Administração Pública

1. Apresentação da unidade curricular e respectivo planeamento semestral
2. Apresentação das metodologias de ensino e aprendizagem e do regime de avaliação
3. Introdução ao estudo da Ciência da Administração Pública e o seu estudo no contexto das várias ciências
4. As necessidades colectivas e a administração pública
5. Os vários sentidos da expressão administração pública (sentido orgânico e sentido material)
6. A Administração Pública e a administração privada

Capítulo II: Evolução Histórica da Administração Pública

1. Introdução
2. Administração Pública nos Estados Oriental, Estado Grego, Estado Romano e Estado Medieval
 - 2.1. A Administração Pública no Estado Oriental
 - 2.2. A Administração Pública no Estado Grego
 - 2.3. A Administração Pública no Estado Romano
 - 2.4. A Administração Pública no Estado Medieval
3. Administração Pública no Estado Moderno
 - 3.1. Estado Corporativo
 - 3.2. Estado Absoluto
 - 3.3. A Revolução Francesa
 - 3.4. A Revolução Liberal em Portugal e as reformas de Mouzinho de Silveira
 - 3.5. Estado Liberal
4. Administração Pública no Estado Moderno: Estado Constitucional do século XX
 - 4.1. O Estado comunista
 - 4.2. O Estado Fascista

4.3. O estado Democrático

5. A Evolução em Portugal no século XX

5.1. Primeira República (1910-1926)

5.2. Segunda República ou Estado Novo (1926-1974)

5.3. Com o 25 de Abril de 1974, a terceira República

Capítulo III: Os Sistemas Administrativos

1. Introdução

2. Sistema administrativo tradicional

3. Sistema administrativo de tipo britânico, ou de administração judiciária

4. Sistema administrativo de tipo francês, ou de administração executiva (continental)

5. Evolução e confronto entre os vários sistemas administrativos

II Parte:

Teoria Geral da Organização Administrativa

Capítulo IV: Elementos da Organização Administrativa

1. Introdução: Identificação dos elementos de organização administrativa e Sistemas Administrativos

1.1. Conceito de organização administrativa

2. Elementos da organização administrativa

2.1. As pessoas colectivas públicas, conceito e espécies

2.2. Classificação dos órgãos

3. Atribuições e Competências

4. Da competência em especial

4.1. Conflitos de Atribuições e de Competência

5. Os serviços públicos

5.1. Conceito, espécies

5.1.1. Organização dos Serviços Públicos

6. A hierarquia administrativa

6.1. Conceito, espécies e sua organização

6.2. Os poderes do superior e o dever de obediência

Capítulo V: Sistemas de Organização Administrativa

1. Introdução

2. Concentração e desconcentração

2.1. Espécies

3. Delegação de Poderes

3.1. Espécies e figuras afins

4. Centralização e descentralização

4.1. Espécies

4.2. A Tutela Administrativa

5. Integração e devolução de poderes

6. Princípios constitucionais sobre organização administrativa

Capítulo VI: Organização Administrativa Portuguesa

1. Introdução

2. Acepções da palavra Estado e Estado como pessoa colectiva

3. Espécies de administração do Estado e suas atribuições

3.1. A Administração central e Administração local do Estado

3.1.1. Administração directa do Estado e Administração indirecta do Estado

3.2. Atribuições do Estado

4. Órgãos do Estado

5. O Governo em especial

5.1. As funções e competências do Governo

5.2. Competência do Governo e seu exercício

5.3. A estrutura e funcionamento do Governo

5.4. O Primeiro-Ministro e as suas funções

5.5. Outros membros do Governo

5.6. Funcionamento do Governo

5.7. Coordenação ministerial

5.8. O Conselho de Ministros e o Conselho de Ministros especializados

5.9. Evolução histórica da Composição do Governo

5.10. Os Ministérios e sua estrutura

6. Órgãos e Serviços de Vocação Geral

6.1. Órgãos consultivos e órgãos de controlo

6.2. Serviços de gestão administrativa

6.3. Órgãos independentes

Capítulo VII: Administração Periférica e a Administração Estadual Indirecta

1. Introdução

2. A Administração Periférica

2.1. Do Governador em especial

3. A Administração Estadual Indirecta

3.1. Os Institutos Públicos

3.1.1. Espécies de Institutos Públicos

3.2. As Empresas Públicas

3.2.1. Espécies de Empresas Públicas

Capítulo VIII: Administração Autónoma

1. Introdução: Administração Autónoma

1.1. Conceito e espécies

2. As Associações Públicas

3. As autarquias locais: conceito

3.1. Espécies de autarquias locais

4. A Freguesia

5. O Município
6. Áreas metropolitanas
7. A Região (distrito)
8. Administração regional autónoma

Bibliografia Recomendada

AMARAL, Diogo Freitas, 2006, Curso de Direito Administrativo, Vol. I. 3ª Edição, Coimbra. (com a colaboração de Luís Fábica, Carla Amado Gomes e J. Pereira da Silva).

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os objetivos da UC prendem-se com a compreensão e explicitação, por parte do aluno, das principais perspetivas, conceitos, processos, práticas da Administração Pública. Nesse sentido, ao longo do programa serão abordadas as perspetivas que marcam o passado e o presente da Administração Pública, em, especial a evolução históricas dos tipos e subtipos históricos de Estado e, ainda, os sistemas administrativos.

O recurso a exemplos, casos reais ou estudos de caso ao longo das diferentes sessões ajudará o aluno a consolidar os seus conhecimentos e a desenvolver a sua capacidade crítica relativamente aos vários tópicos. Com uma abordagem mais prática dos conteúdos procurar-se-á cumprir com os dois últimos objetivos da UC: aplicação dos conhecimentos a situações concretas e o desenvolvimento de competências técnicas, de conceptualização e de argumentação

Métodos de Avaliação

A Avaliação será realizada nos termos do Regulamento de Avaliação da Escola Superior de Gestão do IPCA.

Nestes termos, a avaliação da UC compreenderá:

- 2 testes escritos: o 1º com peso de 40%, e o 2º com peso de 60% na nota final.

Não obtendo aprovação por avaliação contínua, o estudante submete-se a exame escrito com peso de 100%.

Para ser obtida aprovação a nota final terá de ser igual ou superior a 9,5 (dez) valores.